



Encontros Bibli

ISSN: 1518-2924

Universidade Federal de Santa Catarina

Ortega, Cristina Dotta; Tolentino, Vinicius de Souza
O LIVRO: DO OBJETO AO DOCUMENTO NA PRÁTICA BIBLIOGRÁFICA
Encontros Bibli, vol. 25, Esp, e73474, 2020
Universidade Federal de Santa Catarina

DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e73474>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14775556008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABEM
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

O LIVRO: DO OBJETO AO DOCUMENTO NA PRÁTICA BIBLIOGRÁFICA

The book: from object to document in bibliographic practice

Cristina Dotta ORTEGA

Doutora

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação,
Departamento de Organização e Tratamento da Informação, Belo Horizonte, MG, Brasil
ortega@eci.ufmg.br

<https://orcid.org/0000-0002-9735-7676> 

Vinicius de Souza TOLENTINO

Mestre

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Departamento de Biblioteconomia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
vinicius.tolentino@unirio.br

<https://orcid.org/0000-0001-7872-3629> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivo: Discorrer sobre o papel exercido pelo livro na concepção e desenvolvimento das práticas documentárias em abordagem bibliográfica.

Método: Por meio de discussão da literatura, selecionada segundo os objetivos do artigo, inicialmente, buscamos responder o que é um livro em sua constituição no tempo, considerando suportes, formatos e modos de organização de conteúdos. Em seguida, exploramos o livro como documento, observando tratar-se de objeto produzido com esta finalidade, para então tratarmos do livro em sua função de documento bibliográfico, adjetivo que responde por um atributo documental, portanto, não inerente ao objeto. Por fim, discorreremos sobre o livro na constituição da prática documentária em abordagem bibliográfica, o qual exerceu papel central na produção dos métodos e instrumentos mais conhecidos.

Resultados: Constatamos a preponderância de quadros empíricos, construídos a partir dos suportes materiais e tipologias documentais de cada época, à falta de referenciais teóricos e metodológicos generalizantes, que tenham como princípio ações de mediação sobre todo e qualquer tipo de objeto, segundo parâmetros pragmáticos que permitam subsidiar as respostas a cada público.

Conclusões: Chamamos a atenção para a literatura técnico-científica do campo e suas práticas profissionais complexas por indicarem relevante conhecimento constituído.

PALAVRAS-CHAVE: Livro. Documento. Documento bibliográfico. Práticas documentárias em abordagem bibliográfica.

ABSTRACT

Objective: The objective of this study is to discuss the role played by the book in the design and development of bibliographic documentary practices.

Method: Through discussion of the literature, selected according to the objectives of the article, we initially seek to answer what a book is in its constitution over time, considering supports, formats and ways of organizing content. Then, we explore the book as a document, observing that it is an object produced for this purpose. Following, we deal with the book in its function as a bibliographic document, an adjective that accounts for a documentary attribute, therefore, not inherent to the object. Finally, we discuss the book in the constitution of bibliographic documentary practice, which played a central role in the production of the most known methods and instruments.

Results: We note the preponderance of practices, built from material supports and documentary typologies of each era, to the lack of generalizing theoretical and methodological references, which have as a principle mediation actions on any and all types of objects, according to pragmatic parameters that allow to subsidize the responses to each audience.

Conclusion: We draw attention to the technical-scientific literature of the field and its complex professional practices for indicating relevant constituted knowledge.

KEYWORDS: Book. Document. Bibliographic document. Bibliographic documentary practices.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo, alguns objetos físicos, em detrimento de outros, foram considerados de valor informacional, embora o termo ‘informação’ não fosse adotado nem a ideia explorada como na contemporaneidade. A atribuição de valor a objetos, a que nos referimos, ocorreu por meio de práticas de seleção, organização e preservação, depois fomentadas por serviços de atendimento de demandas por informação, acompanhadas de ações de sensibilização de públicos.

O objeto físico que recebe um determinado estatuto simbólico é denominado ‘documento’ (embora a depender do contexto se possa falar em obra, como tratamos à frente). Em sentido amplo, o conceito é construído no contexto dos aspectos materiais, cognitivos, sociais, tecnológicos, econômicos e políticos da produção e uso de documentos. Em sentido restrito – que é o adotado nesta pesquisa –, refere-se ao produto das práticas de organização e serviços, citadas inicialmente, entendidas hoje como ações de mediação documentária, adjetivo que indica a especificidade dessas ações sobre objetos que os transformam em documentos, cujo objetivo é o de apropriação da informação pelo público destinatário.

A terminologia documentária foi proposta por Paul Otlet, com base no pensamento bibliológico-bibliográfico, posto no final do século XIX como ciência do livro e como técnica de produção de bibliografias. A adoção do termo documento por Otlet demonstra a necessidade de legitimar o valor atribuído a objetos variados, que fundamenta as práticas realizadas, segundo ele, no contexto da produção de bibliografias e do trabalho em bibliotecas, museus e arquivos administrativos e históricos (OTLET, 1934, p. 6: *Parties de la Documentation*). Especificamente, a produção de bibliografias e o arranjo de acervos de bibliotecas e produção de seus catálogos marcaram a origem das práticas documentárias em abordagem bibliográfica.

No âmbito dessas práticas documentárias em abordagem bibliográfica, um objeto em especial foi considerado, tratado e ofertado ao público: o livro. Objeto emblemático do registro (principalmente escrito) da produção intelectual e artística do homem, o livro mantém sua importância cultural, ultrapassando os discursos de ruptura, recorrentes a cada mudança tecnológica. Esse papel proeminente atribuído ao livro colocou-o em destaque na prática bibliográfica, já que ela reflete os interesses da sociedade, a despeito das forças que a regem. Em decorrência, muitos modelos de representação de documentos desenvolvidos e adotados na prática bibliográfica pautaram-se pelas

características tipológicas deste objeto, junto a condicionantes tecnológicos e econômicos de cada período.

O percurso de consolidação deste campo que trata da mediação documentária em abordagem bibliográfica, principalmente desde meados do século XIX, contou com sistematização disciplinar relevante. No decorrer do desenvolvimento da disciplina, no entanto, ocorreu cristalização do pensamento em torno de orientações prescritivas, cuja referência foi o objeto livro. Posteriormente, na metade do século XX, a ideia de informação, sob toda e qualquer abordagem, foi institucionalmente tomada como pertencente ao mesmo lugar teórico, conduzindo à perda de especificidade e profundidade disciplinar. De modo similar, autores mais recentes de origem anglo-americana debruçam-se sobre o documento, trabalhando o conceito em sentido amplo.

O objetivo deste trabalho é o de discorrer sobre o papel exercido pelo livro na concepção e desenvolvimento das práticas documentárias em abordagem bibliográfica.

Visando contemplar o objetivo, o texto foi dividido nos seguintes tópicos. Inicialmente, tratamos da construção do objeto livro no decorrer do tempo, quanto aos suportes, formatos e modos de organização de conteúdos adotados, com implicações nos modos de leitura. Neste tópico, buscamos identificar o surgimento do objeto que pode ser entendido como livro, ou seja, realizamos uma aproximação ao conceito de livro, para tanto, observando a continuidade da existência do objeto, a despeito das mudanças. No tópico seguinte, abordamos o objeto livro como documento, o que conduziu à exploração da categoria ‘documento por intenção’, proposta por Jean Meyriat (1981), que se refere ao objeto produzido para funcionar como documento. Tratamos também do livro em sua função de documento bibliográfico, indicando o adjetivo ‘bibliográfico’ como um atributo documental, portanto, não inerente ao objeto, seja ele um livro ou outro. No último tópico, considerando os parâmetros que sustentam qual objeto pode ser chamado de livro e quais circunstâncias permitem chamar um livro de documento, tratamos das contingências e do acúmulo decorrentes da forte presença deste objeto na concepção e desenvolvimento das práticas documentárias em abordagem bibliográfica.

2 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO LIVRO: APROXIMAÇÃO AO CONCEITO

No Dicionário do Livro (FARIA; PERICAO, 2008), o verbete que o denomina ocupa apenas um terço de uma coluna. Outras 24 colunas são usadas para definir termos em

que a palavra livro é presente, como livro corrente, livro clássico, livro comercial, livro de autoajuda, livro de artista, livro de bom-tom e muitos outros, sendo que alguns dos verbetes chegam a ser maiores que aquele produzido para livro. Neste verbete, à página 458-459, o livro é definido por meio de enunciados que podem ser recortados em vários aspectos, como os que seguem: formas materiais (conjunto de cadernos, manuscritos ou impressos..., publicação com um mínimo de 45 páginas, publicação impressa com mais de 48 páginas), elementos simbólicos (obra científica ou literária, transcrição do pensamento, dirige-se a um leitor com uma finalidade de reflexão, ensino, conhecimento, evasão...), definição negativa (publicação não periódica). Assim, perguntamos se faltaria a este dicionário um nível maior de caracterização para o objeto que lhe dá o nome, ou essa seria a função de um Tratado do Livro, a exemplo do *Traité de Documentation: le livre sur le livre*, de Paul Otlet (1934)? Ou mesmo essa publicação não cumpre a função de definir o livro?

Eric de Grolier, em sua História do livro, de 1954, pautando-se, por sua vez, em Paul Otlet, questiona se o livro pode ser definido como usualmente é visto (fazendo referência ao livro impresso, muito mais presente àquela época que hoje), haja vista que outros tipos de livros existiram antes e deverão existir no futuro. Grolier (1954, p. 5 e 7) fala que livro é um tipo de memória objetivada da humanidade, durável e confiável, que substitui as memórias subjetivas, transitórias e não confiáveis dos homens individuais, caracterizando-se, portanto, como um instrumento, imaginado pelo homem para ser auxiliar de seu pensamento. Afirma que as origens do livro se confundem com aquelas da linguagem, por um lado, e da arte, por outro lado. Grolier (1954, p. 134) comenta que os autores de ficção científica de então foram unânimes em dizer que o livro, tal como era conhecido, seria substituído no ano 2000 por instrumentos mais práticos de transmissão, cuja forma seria apenas uma nova mutação, dentre as outras que este objeto já conheceu em sua longa história.

Frente a esta longa história da escrita e dos objetos em que esta foi inscrita, a pergunta que ainda se coloca hoje é: o que é um livro? Ou seja, o que se pode entender por livro? Ou ainda: o que faz com que algo possa ser chamado de livro?

Algumas percepções do senso comum, embora presentes na grande mídia e no meio profissional e acadêmico, podem contribuir para uma aproximação a uma resposta. Essas percepções remetem às perguntas que seguem. Livro se define por ser um suporte material, ou por apresentar também elementos de outra ordem? Quanto a sua forma de

produção e apresentação, o que chamamos de livro é somente o livro impresso, ou este é um objeto dentre aqueles que compõem a categoria livro?

Buscando responder à pergunta sobre o que é um livro, partimos da ideia de suporte material de certo tipo de texto. Posto isso, definimos livro como objeto, que é suporte material de um texto (escrito ou não), cujos conteúdos são organizados de um determinado modo, ou seja, segundo uma mensagem específica que responde pelo objetivo de uma comunicação específica correspondente. Trata-se, portanto, de objeto produzido para representar ideias com fins comunicacionais, que se distingue de outros objetos produzidos com o mesmo fim, por apresentar características estruturais e funcionais próprias. Uma distinção possível é aquela indicada por Miranda e Simeão (2002, *online*) em comparação à revista: o livro é publicação com maior grau de complexidade, por trabalhar com um conteúdo mais denso.

Deste modo, revisar a ideia de livro presente no imaginário social – ora como suporte material, ora como livro impresso –, é necessário para a compreensão de sua mais ampla dimensão. Por ser objeto físico e textual (não só escrito), configurou-se diferentemente no tempo, a depender dos modos de produção textual e das tecnologias em voga, em percurso que precede o surgimento do livro impresso e continua depois dele. São esses extremos temporais, marcados por mudanças tecnológicas, relacionadas a mudanças econômicas e sociais, que permitem compreender o surgimento e a transformação do livro.

No decorrer do tempo, inscrições em suportes e formatos diversos e em variados modos de organização de conteúdos foram produzidos em direção ao objeto livro. Buscando sintetizar essa produção de inscrições, temos na Antiguidade os registros feitos em paredes de recintos ou em materiais como pedras, metais, madeiras, ossos, tecidos, cerâmica e outros, depois seguidos do uso do papiro e do pergaminho (PEDRAZA GRACIA; REYES GÓMEZ, 2016, p. 42-51). Ainda na Antiguidade, os materiais de escrita passam a ser produzidos na forma de rolos, mas também como códices, a partir do século II. Mais à frente, temos: os livros impressos produzidos artesanalmente (século XV); os livros impressos produzidos mecanicamente (século XIX); os livros impressos produzidos em meio digital (meados do século XX); e os livros digitais em tela, depois acessíveis *online* (desde o final do século XX).

O rolo ou *volumen* mostrou-se inicialmente mais apropriado à leitura, manuseio e guarda que as formas anteriores, e marcou os suportes de escrita na Antiguidade. Segundo Ribeiro (2011, p. 94), era um artefato de matéria animal ou vegetal,

acompanhado de um equipamento para que o leitor o pudesse segurar com as duas mãos e realizar a leitura. No entanto, continua esta autora, referindo-se ao rolo: “nada de páginas, nada de números ao rodapé, nada de capas, nada de títulos, nada de gestos curtos” (RIBEIRO, 2011, p. 94). Barbier (2008, p. 36) fala como os rolos exigiam uma prática complexa de leitura, pois era necessário desenrolar e enrolar ao mesmo tempo, o que impedia o trabalho sobre vários rolos. Ele relata que o tamanho do rolo colocava dificuldades para sua manipulação, citando um evento em que um rolo com mais de 10 metros chegou a conduzir um leitor à morte: “à idade de oitenta e três anos, Verginius Rufus leu em pé um *volumen* tão pesado que acabou por lhe cair das mãos. Querendo apanhá-lo, perdeu o equilíbrio, caiu, quebrou a perna e morreu...” (BARBIER, 2008, p. 36).

Manguel (1997, p. 64-65) fala que na escrita em rolos não era usual separar palavras, distinguir maiúsculas e minúsculas e usar pontuação, de tal modo que ela servia à leitura em voz alta, por alguém treinado para desembaralhar na fala o que ao olho era uma linha contínua de signos. O autor explica que estes textos exigiam um ensaio antes da leitura em voz alta, uma vez que a leitura à primeira vista levava em geral a erros de interpretação. Afirma que a separação das letras em palavras e frases desenvolveu-se muito gradualmente.

Desse modo, antes de a estruturação textual encontrar um caminho, o códice, feito de folhas encadernadas, foi progressivamente suplantando o rolo entre os séculos II e IV (LABARRE, 1994, p. 12). Segundo Manguel (1997, p. 151-152), por volta do século IV, o rolo clássico estava quase abandonado e a maioria dos livros era produzida como folhas reunidas de formato retangular. Manguel explica que o novo formato constituiu-se pela dobra das folhas: dobradas uma vez, tinha-se um fólio; dobradas duas vezes, tinha-se um in-quarto; dobradas mais uma vez, um in-octavo. Segundo ele, o texto em formato de códice podia ser mais bem organizado pelo seu conteúdo, em livros ou capítulos, ou ser parte de um mesmo volume, junto com outros textos. Em comparação com o formato do rolo, de superfície limitada e apresentando apenas uma parte do texto de cada vez, o códice permitia que o leitor passasse facilmente para outras páginas, com o domínio do texto inteiro nas mãos durante toda a leitura. Além disso, Manguel fala que o códice, por ser pequeno, permitia ser transportado com facilidade, ao mesmo tempo em que incluía maior quantidade de textos do que qualquer livro anterior.

Para Alberto Labarre (1994, p. 12), o livro conserva a forma advinda do códice. O autor afirma que esse novo objeto conduziu a uma mudança radical na história do livro,

talvez mais importante que a de Gutenberg, pois atingiu o livro em sua forma, obrigando o leitor a mudar completamente sua atitude física. Segundo Ana Elisa Ribeiro (2011, p. 94), a existência do códice colocou em jogo relações estéticas, éticas, econômicas e sociais muito mais complexas do que se pode imaginar. Como diz Peter Burke (2002, p. 180), não devemos subestimar o poder do formato na definição de percepções e expectativas.

O livro impresso – tão fortemente mencionado como sendo o livro – surge com a criação da prensa de tipos móveis por Gutenberg, em meados do século XV, tecnologia que continuou a produção dos antigos códices, agora em maior escala, visando exemplares idênticos, com letra padronizada, mas imitando a manuscrita. Manguel (1997, p. 159) observa que avanços tecnológicos – como o de Gutenberg –, de modo recorrente, antes promovem do que eliminam aquilo que supostamente deveriam substituir, levando a evidenciar vantagens que não seriam percebidas de outro modo.

Como vimos, o livro foi produzido desde o século II como códice e há pouco mais de 500 anos pela máquina de prensa. Há cerca de 150 anos, é que se tem de fato um processo de impressão mecânica, ainda baseada em caracteres alfabéticos de metal, sendo estes os mesmos desde Gutenberg, e somente há pouco mais de 50 anos, os caracteres em metal foram substituídos (GASKELL, 1999, p. 3) pelo uso dos computadores. O livro impresso produzido por computadores passa a conviver com o livro digital, que há uns 30 anos tornou-se acessível *online*, pelos mais diversos equipamentos (além do computador, os dispositivos móveis e os televisores). Trata-se do livro em tela, que remete para o antigo rolo em sua forma de leitura contínua.

Mas, a leitura de livros em tela permite fazer uma referência direta à leitura contínua dos rolos? Estaria em questão uma espécie de retorno a este tipo de leitura? Aí está o papel do códice. É preciso responder ‘não’ às perguntas anteriores, porque as páginas inauguradas com o códice foram muito lentamente estruturadas em palavras, frases, parágrafos e capítulos, exigindo uma leitura também estruturada. O ‘formato livro’ é, então, o ‘formato do livro dobrado’, hoje usualmente chamado de livro impresso (embora possa ser produzido por técnicas artesanais, por exemplo), mas o ‘objeto livro’ remete a algo mais complexo, correspondente a uma categoria tipológica de objetos de fins comunicacionais, seja em páginas dobradas, seja em tela.

Considerando o percurso histórico-conceitual apresentado, a tipologia livro propriamente dita se constituiu com o códice, haja vista que a existência de capa, títulos e capítulos indica uma estruturação do texto de certo tipo que é pertinente definir como

livro. Pode-se dizer que a mudança de denominação – de códice para livro – contribuiu para reforçar a distinção entre estes objetos, com o apagamento do primeiro.

As perguntas provocativas de Ana Elisa Ribeiro (2011, p. 99) ilustram o que dissemos anteriormente: “Um PDF do Sherlock Holmes baixado em um aparelho celular torna o telefone um livro?” (...) “Nos séculos imediatamente anteriores ou posteriores a Cristo, os leitores (poucos, que fossem) chamariam o códice de rolo? Teriam tratado o objeto de folhas empilhadas com que nome?”

Como tratamos no início do tópico, Eric de Grolier, independente da previsão dos autores de ficção científica a que se referiu, mas já a par do surgimento dos microfimes e similares e das rudimentares tecnologias de transmissão a distância, fez uma leitura abrangente do que seria um livro. Grolier, ainda na metade do século XX, observou as mudanças que conduziram à construção do livro, assim como, aquelas que garantiram sua manutenção no seio de grandes transformações. Essa questão é vivenciada entre os personagens de filme contemporâneo, comentado a seguir.

O filme *Vidas Duplas* (*Doubles vies*, no original), produção francesa de 2019, apresenta personagens que são editores, escritores e atores frente à mudança tecnológica e à lógica do mercado. O filme trata das vidas duplas que eles vivenciam profissional e pessoalmente. Um editor experiente de uma editora clássica de livros impressos, em diálogo com uma jovem consultora em edição digital, responde a uma questão colocada por ela sobre a mudança que atinge a produção e circulação do livro, como segue: “...não estou falando de transformação. Estou falando daquilo que segue igual. Somos também depositários de uma ideia que atravessa o tempo”. Mais à frente, a jovem consultora pergunta se ele se lembra da famosa fala do romance *O Leopardo* (de autoria de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, escrita em 1956, sobre a decadência da aristocracia siciliana e o início da República). O editor responde que sim e fala: “Tudo tem que mudar para que nada mude”.

A despeito da perversidade do exemplo do romance *O Leopardo*, sobre a busca pela manutenção do poder por um grupo frente a uma mudança social e política, podemos dizer que algo permanece daquilo que muda, pois, se algo mudou, é porque houve permanência. Não é essa a história do livro?

3 O LIVRO COMO DOCUMENTO E COMO DOCUMENTO

BIBLIOGRÁFICO

Partindo do conceito de documento, temos em Michael Buckland um dos autores contemporâneos que têm resgatado e desenvolvido o conceito. Após propor e definir o termo informação-como-coisa, Buckland (1991, p. 352) sugere abandonar a tarefa (que ele chama de tediosa) de verificar objetos candidatos a informação-como-coisa e fazer o processo inverso, perguntando às pessoas o que elas identificam como coisas a partir das quais elas se tornaram informadas.

Anteriormente, Meyriat e Escarpit, no contexto dos estudos franceses de Ciências da Informação e da Comunicação, trouxeram elementos relevantes a esta conceituação.

Para Escarpit (1976), o documento é objeto informacional visível ou palpável, cuja razão de ser é a informação. Ele permite a fixação de uma mensagem, cuja ativação conduz à produção de informação nova.

De modo semelhante, Meyriat (1981) define documento a partir de duas noções, inseparáveis uma da outra, uma de natureza material (o objeto que serve de suporte) e outra conceitual (o conteúdo da comunicação, isto é, a informação). Para ele, todo objeto pode tornar-se documento, mas é importante distinguir os objetos que são pensados desde a origem para fornecer informação daqueles que não o são. Deste modo, todo documento tem uma dupla origem possível.

Meyriat entende que os objetos produzidos com o fim de comunicar uma mensagem são destinados a serem documentos. É o caso de um especialista que escreve um artigo destinado a ser lido por outros especialistas do mesmo campo, pois existe um entendimento prévio entre eles sobre a informação atribuída ao documento, cujo esforço tende a diminuir ruídos da comunicação.

Esses objetos são chamados por Meyriat (1981, p. 60) de 'documentos por intenção'. Para ele (2006, p. 12, 26), o 'documento por intenção' é somente aquele especialmente produzido para veicular a informação. Como objetos destinados a funcionar como documentos, após a produção, por exemplo, de um livro pelo autor, profissionais como o documentalista legitimam este objeto como documento, inserindo-o em processos de circulação, em um sistema específico de comunicação, por meio de atividades que se articulam às de outros profissionais, como editores e livreiros.

Mas, independente das atividades dos documentalistas e de outros profissionais, o fato de um objeto ser produzido para funcionar como documento torna-o definitivamente

um ‘documento por intenção’. Ou seja, a categoria ‘documento por intenção’ é característica permanente do objeto.

Para ser documento de fato, no entanto, é preciso que o objeto – seja ele um ‘documento por intenção’ ou não – receba essa atribuição. Assim, essa atribuição informacional feita ao objeto é característica necessária para a condição de ser documento. Segundo Meyriat, até que o objeto não receba uma questão, a informação permanece virtual e não há documento (MEYRIAT, 1981, p. 54). Esse é o caso do ‘documento por atribuição’¹.

Enquanto a categoria ‘documento por intenção’ é inerente ao objeto em si, a categoria ‘documento por atribuição’ não está atrelada ao objeto. Esta categoria é a que garante a condição de um objeto ser um documento, funcionando, portanto, como categoria documental de fato.

Os documentos são registros elaborados por meio de procedimentos metodológicos específicos que procuram otimizar a possibilidade de uso e de interpretação da informação. Se um objeto foi produzido tendo em vista sua função documental, ele carrega potencialmente maiores possibilidades de inscrever-se no circuito formal de circulação e uso de informação. Por este motivo, é nesta categoria de compreensão do documento, proposta por Meyriat, como ‘documento por intenção’, que localizamos o livro. Afinal, o livro é objeto que se oferece como linguagem, supondo o olhar do outro; como objeto, o livro é natureza que se fez linguagem (ZILBERMAN, 2011, p. 81, 82). De fato, a constituição do objeto livro fez-se na perspectiva de objeto que é percebido e deve funcionar como documento, já que é produzido com esta intenção.

A Bibliologia, desenvolvida como ciência do livro, como dissemos, foi proposta a partir deste objeto, no século XIX, por seu papel emblemático no registro das ideias produzidas. Contemplando atualmente a comunicação escrita, a Bibliologia aproxima-se do sentido amplo de documento, que tratamos inicialmente. A Bibliologia do final do século XIX, no entanto, foi o lugar teórico de onde partiu Otlet para fundamentar o conceito de documento, na perspectiva de que todo e qualquer objeto pode funcionar informacionalmente. A concepção otletiana nos interessa neste trabalho por discorrer sobre o livro como documento no que tange às ações de mediação em abordagem

¹ O artigo de Meyriat, de 1981, é referência para os autores franceses contemporâneos das Ciências da Informação e da Comunicação, para tratar do conceito de documento segundo as categorias ‘documento por intenção’ e ‘documento por atribuição’. No entanto, neste artigo, Meyriat não usa o termo ‘documento por atribuição’. Ele faz isso apenas em texto anterior produzido para o primeiro congresso desta sociedade científica, quando fala que vai limitar sua análise aos objetos que são documentos, ao mesmo tempo, por intenção e por atribuição (MEYRIAT, 1978, p. 116).

bibliográfica. Otlet realizou o desenvolvimento, em bases teóricas e metodológicas, do conceito de documento, a partir de um extenso quadro empírico significativamente sistematizado, principalmente, no contexto das disciplinas Bibliografia e Biblioteconomia, então em franco processo de constituição.

Em seu *Traité*, Otlet (1934) fez uso da expressão ‘livro e documento’ no início, mas privilegiou ‘documento’ em quase todas as páginas seguintes. Ele propôs e desenvolveu terminologia própria em torno do termo documento, que seria mais geral que Livro, que diferencia de livros em geral, ou que *Biblion*, que ele define como a unidade intelectual e abstrata, que pode ser encontrada concretamente em diferentes formas (OTLET, 1934, p. 43). Afirma ainda que a terminologia técnica avançou nos últimos 10 anos, de tal modo que aquilo que antes exigia três ou quatro palavras acabou por ser possível expressar numa única (OTLET, 1934, p. 13). A terminologia documentária iniciada por Otlet na passagem do século XIX para o XX evidencia-se pelos termos documento, documentação, documentário, documentalista, indicando ações de mediação sobre objetos que os transformam em documentos em abordagem bibliográfica, arquivística ou museológica.

Considerando o conceito desenvolvido desde Otlet, em especial em solo francês e, nos últimos anos, pelos pesquisadores anglófonos e outros, documento é uma abstração que se faz sobre qualquer objeto. Assim, o livro não é por si mesmo documento: embora apresente características documentais (por ser um ‘documento por intenção’) e tenha se constituído de modo central na história da produção e circulação do conhecimento, o livro depende sempre de receber essa atribuição para que funcione propriamente como documento. Como o livro não é por si mesmo um documento, também não é por si mesmo um documento bibliográfico, já que pode ser abordado como um objeto museológico ou como um objeto arquivístico. Dito de outro modo, se o documento é objeto construído, ou seja, não existe *a priori*, ou *in natura*, o documento bibliográfico também não é objeto pré-existente, mas depende de ações de significação que o tornem como tal.

Na origem do radical biblio-, está *biblos* (cuja forma diminutiva é *biblion*) (CUNHA, 2013, p. 89), termo usado anteriormente à existência do códice e do livro impresso, remetendo em geral aos rolos, de que tratamos. Adotados para a escrita, os rolos eram feitos de papiro, chamados de *biblos* porque eram produzidos na cidade que tinha este nome, hoje localizada no Líbano, embora fosse produzido em uma região mais ampla. Com isso, os rolos passaram a ser chamados pelo nome em geral atribuído aos papiros.

Os *biblos* eram objetos valorizados informacionalmente, por esse motivo, coletados e organizados em bibliotecas (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 134-136). Ou seja, quando se falava em *biblos*, estava em causa o conceito de documento. No entanto, se *biblos* eram objetos funcionando como documentos, foram reduzidos com o tempo a um tipo de documento: os livros e demais textos monográficos e outros escritos. Tal é o papel do 'livro' em nossa sociedade que o radical biblio- passou a remeter ao formato livro e objetos escritos congêneres. Não à toa, Otlet trabalha com os termos Livro e *Biblion* como possibilidades iniciais denominativas a seu objeto de estudo.

Buscando desconstruir para construir, temos o que segue. Aquilo a que denominamos livro não se caracteriza por um suporte material em particular (como papel ou qualquer outro), nem se define pelo formato de folhas dobradas. Deste modo, mudança de suporte e de formato não são indicativos do fim dos tempos do objeto livro, pois não configuram alteração de tipologia documental, que é o que caracteriza o livro. Também não se pode dizer que livro implica obrigatoriamente algo em abordagem bibliográfica, porque o adjetivo 'bibliográfico' não se refere a aspectos inerentes aos objetos, mas sim às funções que estes exercem, caso dos *biblos*. Apesar do uso recorrente do adjetivo 'bibliográfico', inclusive pelos autores de metodologia do trabalho científico, para indicar publicações como livros, ou outros textos escritos produzidos formalmente, 'bibliográfico' é uma característica documental, portanto, construída, sendo difícil sustentá-lo de outro modo.

4 O LIVRO NA PRÁTICA DOCUMENTÁRIA EM ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA

A partir do século XIX, o livro impresso passou a ser produzido mecanicamente, segundo normalização editorial que o caracteriza hoje. A prática bibliográfica teve origem com a produção de bibliografias e de catálogos de biblioteca e o arranjo de seus acervos, cujos modos de trabalho como conhecemos atualmente foram sistematizados também a partir do século XIX. Como falamos, o livro foi e ainda é emblemático da vida cultural da sociedade por funcionar como principal registro do conhecimento. Desse modo, o livro foi privilegiado na prática bibliográfica, constituindo-se como elemento de referência na concepção de métodos e instrumentos. O livro foi tomado como modelo para a representação dos documentos, o qual foi adaptado para outros tipos de objetos.

Dentre as atividades desenvolvidas na prática bibliográfica, aquelas que caracterizaram as bibliotecas – a produção de catálogos e o arranjo de seus acervos – marcaram empiricamente a identificação da disciplina Biblioteconomia, sendo a biblioteca a instituição de onde parte o reconhecimento social dos serviços e da profissão que os oferta. Por sua vez, apenas alguns aspectos da produção de bibliografias permaneceram no contexto das bibliotecas, como a atividade de normalização de trabalhos científicos e a incorporação de bibliografias impressas no acervo, como fontes de consulta, hoje substituídas pelas bases de dados *online*.

Considerando a relevância social do livro e da biblioteca, a centralidade deste objeto na prática bibliográfica foi grandemente reforçada em função do modelo de trabalho em bibliotecas que se tornou predominante, marcando o imaginário coletivo, imaginário esse que inclui pesquisadores, professores e profissionais. Esse modelo ganhou força econômica e ideológica no decorrer do século XX, sendo grandemente disseminado a partir do trabalho realizado principalmente pela *Library of Congress*, dos Estados Unidos. O modelo é constituído por um conjunto de instrumentos documentários, sustentado por uma política de atualização, publicação e comercialização, voltado à racionalização e economia do trabalho em bibliotecas na forma de redes cooperativas e venda de produtos e serviços.

Os instrumentos documentários do modelo da *Library of Congress* formam um pacote que responde pela organização dos acervos de uma biblioteca. Esses instrumentos e os processos que atendem são os que seguem: sistemas de classificação bibliográfica (DDC-*Dewey Decimal Classification* e LCC-*Library of Congress Classification*) e tabelas de nomes de autor (Cutter e Cutter-Sanborn), para a ordenação espacial e local de documentos, por meio do número de chamada; lista de cabeçalhos de assunto (LCSH-*Library of Congress Subject Headings*), para a indexação dos documentos; e código de catalogação e formato de registro bibliográfico (respectivamente AACR2-*Anglo-American Cataloguing Rules-2* e MARC-*Machine Readable Cataloguing*), para a catalogação de documentos e intercâmbio de registros entre sistemas.

A proposta geral do número de chamada é orientada para os livros, apresentando, no entanto, o recurso do número da coleção, como elemento facultativo, muitas vezes adotado para contemplar os conjuntos documentais não-livro.

O AACR2 centra-se em um modelo de descrição para livros. Nesta condição, todas as outras tipologias seguem a mesma estrutura básica de descrição, de tal modo que as informações adicionais, necessárias à descrição destes outros objetos, são, em geral,

deslocadas para os campos de notas, induzindo à compreensão de que seriam informações secundárias. Além disso, houve dificuldade de atualização dos tipos de documentos a partir dos quais as descrições seriam realizadas, haja vista a inclusão do capítulo para recursos eletrônicos que se sobrepôs a todos os outros.

Esta forma de trabalho – de enfoque inventarial – possibilita a gestão econômica e racional de acervos, mas não favorece a circulação da informação, devido à ausência de definição de estratégias e métodos de trabalho sobre os documentos em abordagem linguístico-terminológica, portanto, com potencial para contemplar públicos determinados. Esta visão confere à instituição biblioteca, não o papel de prestadora de serviços de informação e importante equipamento cultural, mas o de agência de guarda, custódia e preservação de acervos, constituídos principalmente por livros e outros documentos impressos.

A produção de bibliografias conduziu à sistematização de critérios de avaliação e de métodos de descrição, principalmente, de livros. A principal herança destes métodos de descrição encontra-se nas normas para elaboração de referências bibliográficas, em nível nacional e por áreas de conhecimento. Nestas normas, o modelo principal de descrição adotado pauta-se no livro, a partir do qual os outros são adaptados. As bases de dados de controle bibliográfico, herdeiras das antigas bibliografias, contemplam a bibliografia nacional, em que o livro é privilegiado, e os sistemas de informação científica, em que são adotados modelos de descrição principalmente para artigos de periódicos e comunicações em eventos. Por sua vez, modelos de descrição foram criados para tipologias documentais negligenciadas pelos modelos predominantes, mas demandadas socialmente, como os filmes, as patentes, e muitas outras de menor visibilidade, como tecidos, brinquedos etc.

De fato, na Bibliografia, considerando o percurso de constituição da disciplina, o livro é central. Balsamo (1998, publicado originalmente em 1984, p. 14-16) avalia que o apoio sobre o objeto livro contribuiu fortemente para o enfraquecimento da disciplina, haja vista que outros tipos de documento se fizeram presentes, com implicações nos modos de produção, representação, acesso e uso. Durante o século XX, em função da dificuldade de controlar o crescimento exponencial da produção de documentos diferentes do livro e do periódico, o primeiro perdeu a centralidade que teve durante séculos, embora não de modo absoluto, o que contribuiu para que a Bibliografia entrasse em crise. Para Balsamo, atualmente, a Bibliografia continua exercendo seu papel por meio de outras formas nascidas dela, altamente especializadas, como os *abstracts*.

A circunstancialidade das tipologias documentais como referência do trabalho bibliográfico foi cristalizada nos cursos de graduação brasileiros de Biblioteconomia, o que se reflete na formação em nível de pós-graduação.

A formação no campo tem na normatividade seu parâmetro principal, com apoio em atividades de treinamento no uso de instrumentos. Funcionando de modo prescritivo, a prática docente prescinde em geral da contextualização dos instrumentos, que são apresentados de modo geral como padrões a seguir. Faltaria superar a prevalência do treinamento de um modelo particular de descrição de livros. Como este modelo de descrição do livro é referência, é usual nestes cursos o ensino de catalogação dos chamados ‘materiais especiais’, ou seja, os ‘não livros’, extensivos aos ‘não textos escritos’ (ou talvez possamos falar nos ‘não bibliográficos’, no sentido que questionamos no tópico anterior). Não se trata apenas de apresentar diversas tipologias documentais e suas possíveis descrições, haja vista que todo objeto pode ser um documento, mas explorar conceitos e métodos que fomentem recursos cognitivos nos alunos para as respostas às diversas demandas sociais por informação. Para tanto, seria necessária a adoção de modelos generalizáveis pautados por um sistema conceitual e metodologias próprias e rigorosas que sustentem os processos documentários em questão.

Meyriat (1981, p. 60) questiona a criação do termo ‘não livro’ (*non-book*) e de uma norma de descrição bibliográfica própria aos tipos de objetos sob esta rubrica. Segundo ele, essa proposta é oriunda de grupo de profissionais que ele chama de bibliotecários anglo-saxões, e o motivo seria o fato de eles não saberem como catalogar ou armazenar certos objetos, como discos, diapositivos e fitas magnéticas. Meyriat diz que definições negativas, ou seja, baseadas na exclusão, não são funcionais, pois produzem um conjunto falso, já que seus elementos não têm nada em comum além de receberem o mesmo rótulo. Com o tempo, quando alguns de seus elementos ganham importância suficiente, passam a receber um discurso e um tratamento próprios.

Como podemos ver, a predominância do livro como referência tornou-se um problema, já que ele recebeu um modelo de descrição e de ordenação próprio, à falta de ser mais amplamente explorado e conhecido em suas características, embora seja objeto tão antigo quanto discutido. Como decorrência, os outros objetos foram modelados segundo este modelo principal, ou seja, relativamente distantes de suas características principais. Podemos dizer que não se produziu a abstração necessária à representação de todo e qualquer objeto, nem à representação dos grupos mais significativos de objetos, quanto às características que permitem uma abordagem informacional.

No entanto, é necessário explorar os instrumentos documentários criados, como resultantes de significativos esforços intelectuais. O AACR2, hoje recomendado para ser substituído pelo *Resource Description and Access* (RDA), adotava, em suas atualizações, a estrutura da *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), quando esta foi oficializada como padrão internacional de descrição bibliográfica, após estudo que considerou várias bibliografias nacionais.

A ISBD, publicada pela IFLA na década de 1970, embora proposta inicialmente apenas para monografias – ISBD(M), foi continuamente desenvolvida para descrições mais gerais, envolvendo todas as principais tipologias, como se vê em sua última versão, a ISBD – edição consolidada (IFLA, 2011). Desse modo, a despeito da pertinente crítica de Meyriat à ISBD (NBM), sigla proposta para os ‘*non-book materials*’, de 1977, categorias para a descrição de objetos, principalmente as da ISBD atual, são mais generalizáveis que as da última atualização do AACR2.

Uma apropriação relevante da ISBD na atualidade é a realizada no código italiano de catalogação (*Regole Italiane di Catalogazione* – REICAT), publicado em 2009, que seguiu a estrutura dessa norma, após estudo crítico que conduziu a outros caminhos em alguns pontos. No texto do código, avalia-se que a ISBD é padrão fluido, apresentando incongruências até na ordem das áreas. A despeito disso, e do entendimento de que a ISBD não é a única estrutura possível para dados bibliográficos, aponta-se que o padrão possui valor indiscutível, agora bastante consolidado (REGOLE..., 2009, p. XVII e XVIII).

Guerrini (2010, p. 3-4) exemplifica o dito acima, informando que a norma italiana introduz mudanças nas fontes de informação para os recursos não legíveis a olho nu e amplia as fontes adotadas para os recursos textuais, por exemplo. Altera também o idioma usado na área 3 (indicada à frente), dando preferência ao idioma do documento, e não às vezes ao idioma do documento, às vezes ao da agência catalogadora. Segundo Guerrini, nesta fase de reorganização em nível internacional, é necessário que a Comissão REICAT fique atenta às escolhas que ocorrem em nível global, especialmente quanto a algumas soluções italianas que podem ser consideradas compartilháveis internacionalmente.

Características adotadas para a descrição em catálogos e bibliografias no decorrer do tempo permitem entender o objeto como documento, motivo pelo qual foram incorporados a uma norma de descrição, como a ISBD. As principais características documentais podem ser assim apresentadas:

- **obra** de uma certa **autoria** (e suas **manifestações**)

- materializada em algum **suporte material**
- sob uma **mensagem** de um certo tipo
- em um certo **lugar e tempo**
- por alguma **instituição** ou **pessoa**

Relacionando estas características documentais dos objetos às principais áreas da ISBD consolidada, temos:

Quadro 1 – Relação entre as características documentais e as áreas da ISBD (2011)

CARACTERÍSTICAS DOCUMENTAIS	ÁREAS DA ISBD CONSOLIDADA (2011)
tipo de expressão e suporte material / dispositivo de transmissão	0 Forma do conteúdo e tipo de mídia
obra e autoria: título e nomes de autores e suas funções	1 Título e indicação de responsabilidade
nova manifestação de uma obra	2 Edição
tipologia documental	3 Material ou tipo específico de recurso (recursos cartográficos, música notada e publicações seriadas)
lugar e data de publicação, produção e/ou distribuição e o nome do editor, produtor e/ou distribuidor	4 Publicação, produção, distribuição, etc.
suporte material	5 Descrição material
produção seriada ou em partes do documento	6 Série ou recurso monográfico em partes
informações adicionais sobre o documento	7 Notas
numeração normalizada internacional	8 Identificação do recurso

Fonte: Autores (2020).

O nível abstrato, que dá início à percepção do objeto como documento, define-se pela noção de obra – criação inequívoca intelectual ou artística (IFLA, 1998, p. 17) –, e sua noção decorrente, a autoria.

Como apontado no início deste artigo, várias denominações foram dadas aos objetos sobre os quais se atribui valor informacional. No caso da disciplina Biblioteconomia, o termo obra foi adotado para fundamentar a Catalogação, enquanto o termo documento foi adotado para o objeto que fundamenta a Documentação, disciplina proposta posteriormente àquela. Trata-se de variação terminológica que deflagra diferença na abordagem sobre os objetos e processos.

Do nível abstrato decorre o nível material, ou seja, o percurso de materialização da obra, o qual implica as características que seguem.

Após obra e autoria, falamos em manifestações da obra na forma de edições, versões, outros, em certo suporte material, sob certa mensagem de um tipo, ou seja, sob uma tipologia documental. As manifestações são intituladas e seus autores possuem nomes próprios (embora nem sempre identificados), podendo exercer responsabilidades autorais diversas. Cada manifestação de uma obra é produzida (publicada, fabricada) em um lugar e tempo próprios, sob a responsabilidade de uma pessoa ou instituição. Em função da materialidade do objeto, características como suporte, mídia, tamanho, extensão e partes componentes são existentes. Além disso, alguns documentos são produzidos em série.

Como estas características são necessárias à existência do documento, caso não tenham sido produzidas, devem ser atribuídas como elementos no processo de descrição, caso do título, por exemplo.

É necessário produzir modelos de descrição relativos a cada tipologia documental demandada pela coleção documental do sistema, congregados por modelo genérico de descrição baseado em características documentais elementares, como as citadas. Mesmo no caso da ISBD, o objeto livro e outros textos escritos ainda são a marca para a produção da estrutura, como se pode ver pela área 3, que altera a sequência lógica das áreas, por ser apresentada como uma espécie de 'não livros', à falta de uma área única para tipologia documental.

Se o pensamento bibliográfico do campo carece de desenvolvimento científico, não se pode negar que ele existe e pode ser identificado na literatura científica, nos seus manuais e demais textos técnicos e nas complexas práticas dos profissionais empenhados em propor soluções para o acesso qualificado da informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidente a importância do livro na história da produção intelectual da humanidade. Por este motivo é que o livro teve papel predominante no decorrer da consolidação das disciplinas Bibliografia e Biblioteconomia até meados do século XX. Na passagem do século XIX para o XX, o conceito de documento foi proposto no contexto da disciplina Documentação, promovendo uma abstração sobre os objetos sobre os quais as ações de mediação são realizadas.

A despeito destas disciplinas e sua continuidade, ganhou destaque, em meados do século XX, abordagem estadunidense do campo que recebeu a denominação *Information Science* que, como o próprio nome diz, elegeu a informação como seu objeto. A proposta

pautou-se no discurso de que uma ciência da informação traria o referencial teórico necessário às questões de recuperação da informação. No entanto, a ambiguidade da noção de informação e a sua elevação à categoria de entidade autônoma contribuíram para a naturalização da pesquisa como prática de justaposição – e não de articulação – de conteúdos diversos.

O fato é que o livro foi e ainda é preponderante como objeto de coleções, produtos e serviços bibliográficos, mas o trabalho realizado sobre ele constituiu-se em grande medida sob orientação mecânica.

Assim, é pertinente afirmar que os modelos da prática bibliográfica contingenciados pelo objeto livro e o discurso que enfatizou a informação como objeto do campo, ambos adotados de modo predominante na pesquisa contemporânea, têm sido obstáculo a um desenvolvimento científico condizente ao conhecimento produzido.

Deste modo, continuamos pautados por quadros empíricos construídos a partir dos suportes materiais e tipologias documentais de cada época e à falta de referenciais teóricos e metodológicos generalizantes, que tenham como princípio ações de mediação sobre todo e qualquer tipo de objeto, segundo parâmetros pragmáticos que permitam subsidiar as respostas a cada público. À parte os estudos mais amplos sobre fluxos de informação e sobre o documento, os estudos sobre as ações de mediação visando apropriação, de que tratamos, têm no conceito de documento referencial necessário.

Quanto aos termos e aos conceitos envolvidos, sempre construídos segundo os olhares que são pertinentes a cada tempo e local, está em questão o objeto valorizado informacionalmente, ou seja, que recebe a função informacional, e sua relação com o livro na prática bibliográfica. Considerando o conceito anteriormente abarcado por *biblos*, adotamos hoje os termos obra ou documento, a depender do contexto. No entanto, manteve-se o radical biblio-, em geral adotado em relação ao objeto livro e outros que apresentam textos congêneres (escritos publicados ou produzidos formalmente). Se no tempo em que se falava em *biblos*, não estava evidenciada a distinção entre as funções bibliográfica, arquivística e museológica, agora se trata de considerar que, falando-se em documento ou obra, essas funções estão sempre em jogo, independente do objeto em si.

Por fim, tanto no campo, quanto fora dele, falas convictas reiteram há décadas que grandes mudanças tecnológicas estão promovendo o desaparecimento do livro, juntamente com disciplinas e profissões nele centradas, como a Biblioteconomia e o bibliotecário.

Analisada objetivamente, a fala sobre o desaparecimento do livro demanda pergunta anterior sobre o que é um livro. Se devidamente analisada, a pergunta deve encaminhar para a compreensão de que livro não é sinônimo de livro impresso, o que conduz a questões mais profundas relativas ao livro em meio digital, disponíveis a partir de diversos equipamentos, envolvendo modos próprios de acesso e de leitura, condicionantes econômicos de produção e uso, e muitos outros pontos carentes de amadurecimento. Do mesmo modo, a fala sobre o desaparecimento da Biblioteconomia e do bibliotecário põe em causa a pergunta sobre seu significado, ou seja, aspectos essenciais menos que contingenciais. Para tanto, faz-se necessário observar as ações de mediação documentária em abordagem bibliográfica, como tratamos, as quais exigem amplos estudos, mas também, pesquisadores experientes e bem preparados, haja vista tratar-se de literatura dispersa, à falta de consolidação teórica e de métodos, e cada vez mais deslocada para outros lugares teóricos, confundindo-se com eles e, por isso, reinventando problemas muitas vezes já vivenciados.

Essa análise é necessária hoje para que se possa discutir e propor a atualização da prática bibliográfica sob princípios pertinentes que apresentem, portanto, potencialidade para seu desenvolvimento. Trata-se de problematizar visão (a-histórica?) que desconsidera que o mundo muda a partir de algo que existe, ressignificando essa existência.

REFERÊNCIAS

- BALSAMO, Luigi. **La bibliografía**: historia de una tradición. Gijón: Trea, 1998. (Biblioteconomía y Administración, 20). Publicado originalmente em italiano em 1984.
- BARBIER, Frédéric. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.
- BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, New York, US, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.
- BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, 2002.
- COUZINET, Viviane; RÉGIMBEAU, Gérard; COURBIÈRES, Caroline. Sur le document: notion, travaux et propositions. In: COUZINET, Viviane (coord.); RAUZIER, Jean-Michel (col.). **Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation**. Paris: ADBS, 2001. p. 467-506.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- ESCARPIT, Robert. **L'information et la communication**: théorie générale. Paris: Hachette Superiour, 1976.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do Livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EDUSP, 2008.

GASKELL, Philip. **Nueva introducción a la Bibliografía Material**. Gijón: Trea, 1999. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 23).

GROLIER, Eric de. **Histoire du livre**. Paris: Presses Universitaires de France, 1954. (Que sais je?).

GUERRINI, Mauro. REICAT: un nuovo codice di regole per quale catalogo? **AIB notizie**, v. 22, n. 2, 2010.

IFLA. **ISBD**: International Standard Bibliographic Description. Consolidated ed. Berlin: De Gruyter Saur, 2011. (IFLA series on bibliographic control, v. 44).

IFLA STUDY GROUP on the Functional Requirements for Bibliographic Records. **Functional requirements for bibliographic records**: final report. München: Saur, 1998. (UBCIM publications, v. 19).

LABARRE, Alberto. **Histoire du livre**. 6. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1994. (Que sais je?).

LARA, Marilda Lopes Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. *In*: CONGRESO ISKO, 2011. Ferrol. **[Anais]**. A Coruña: Universidade da Coruña, 2012. p. 371-387.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MEYRIAT, Jean. De l'écrit à l'information: la notion de document et la méthodologie de l'analyse du document. *In*: COUZINET, Viviane (coord.); RAUZIER, Jean-Michel (col.). **Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation**. Paris: ADBS, 2001. p. 113-124.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, 2º trimestre, n. 14, p. 51-63, 1981.

MEYRIAT, Jean. Pour une compréhension plurisystémique du document (par intention). **Sciences de la Société**, Toulouse, n. 68, p. 11-28, mai 2006.

MIRANDA, Antonio, SIMEÃO, Elmira. A conceituação de massa documental e o ciclo de interação entre tecnologia e o registro do conhecimento. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, v. 3, n. 4, ago. 2002.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: le livre sur le livre. Bruxelles: Le Mundaneum & Les Impressions Nouvelles, 2015. Fac-símile da edição original de 1934.

PEDRAZA GRACIA, Manuel José; REYES GÓMEZ, Fermín de los. **Atlas histórico del libro y las bibliotecas**. Madrid: Editorial Síntesis, 2016.

REGOLE italiane di catalogazione: REICAT. Roma: ICCU, 2009.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. 2. ed. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. 183 p. (Sistemas Bibliotecarios de Información y Sociedad).

RIBEIRO, Ana Elisa. Ler na tela: o que é, hoje, um livro? *In*: MARTINS, Aracy Alves *et al.* (orgs.). **Livros & telas**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

VIDAS duplas. Direção: Olivier Assayas. Produtor executivo: Sylvie Barthet. Elenco: Guillaume Canet, Juliette Binoche, Vincent Macaigne e outros. São Paulo: California Filmes, 2019. Título original: Doubles vies, produzido em 2018.

ZILBERMAN, Regina. A tela e o jogo: onde está o livro? *In*: MARTINS, Aracy Alves *et al.* (orgs.). **Livros & telas**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 75-92.

Notas

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito:C. D. Ortega

Coleta de dados:não se aplica

Análise de dados:não se aplica

Discussão dos resultados:não se aplica

Revisão e aprovação:V. de S. Tolentino

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Enrique Muriel-Torrado, Edgar Bisset Alvarez, Camila Barros, Igor Soares Amorim, Rodrigo de Sales.

HISTÓRICO

Recebido em: 01-05-2020 – Aprovado em: 12-08-2020 – Publicado em: 30-11-2020.

